

A domesticação da escola realizada pelos Kiriri: usos e táticas em torno da instituição escolar

Resultado de pesquisa finalizada

GT 28: Interculturalidade: povos originários, afro e asiáticos na América Latina e no Caribe

Táise de Jesus Chates – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
(chates@gmail.com)

Resumo:

A história da escolarização entre os povos indígenas é marcada por interesses colonizatórios. Entretanto, é possível inverter a lógica de análise em torno da relação entre povos indígenas e instituição escolar. O artigo visa a apresentar elementos acessados na pesquisa de mestrado, na qual foi analisada a relação entre educação e escola Kiriri, com foco na incorporação de tal instituição a partir das demandas indígenas, o que é chamado de domesticação. Assim, busca-se contribuir para a inversão da imagem sobre os povos indígenas, de passivos a sujeitos de sua história. O estudo foi realizado junto ao povo Kiriri, que hoje vive na cidade de Banzaê, sertão da Bahia, Brasil.

Palavras-chave: Educação indígena, educação escolar indígena; domesticação.

Introdução

A escola tem servido, historicamente, para reproduzir a ordem social vigente. No contato dos europeus com os povos indígenas a utilização da mesma não foi diferente. Neste texto, aponto elementos presentes na pesquisa de mestrado em antropologia, intitulada “A domesticação da escola realizada por indígenas: uma etnografia histórica sobre a educação e a escola Kiriri” (Chates, 2011) e defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia – PPGA/UFBA ¹, na qual discuto a relação entre a educação e escola Kiriri, que hoje vive no sertão da Bahia – Brasil. Tal perspectiva tem como foco demarcar um olhar sobre os povos indígenas enquanto sujeitos de suas histórias, em contraposição ao discurso que foi dominante ao longo de séculos e, por vezes, ainda marca concepções atuais sobre questões relacionadas aos universos indígenas.

Na pesquisa referida, utilizei como método a construção de uma narrativa sobre a trajetória da escola entre os Kiriri, dedicando um capítulo para tal ponto. Aqui, utilizo como recurso de apresentação um formato diferenciado: primeiro, traço uma discussão sobre o que chamo de domesticação da escola; depois, apresentarei alguns elementos sobre o povo Kiriri, com o qual trabalhei e, posteriormente, apresento o que pude observar sobre as concepções de educação e escola entre os Kiriri. Situações relacionadas ao histórico desta instituição entre este povo serão apontadas ao longo do texto, visando a um fluxo de discussão mais integrado.

A domesticação da escola pelo indígena

Defender que a escola indígena pode servir aos interesses do povo Kiriri não significa desconsiderar os conflitos que envolvem a construção da mesma. Seja no que diz respeito à relação com o Estado, ou concebendo a construção cultural como algo dinâmico e alvo de disputas e

1 O trabalho de campo da pesquisa referida foi realizado no ano de 2010.

negociações constantes. Nesse sentido, abordar a domesticação da escola significa ter uma atenção especial com os processos de escolarização. A partir de quais interesses? Com o foco em quais espaços? Reproduzindo quais discursos e estruturas? Desse modo, serão indicados ao longo do texto elementos que apontam que a tomada da escola pelos Kiriri não passa incólume pela tentativa de imposição de valores pela sociedade nacional, assim como lida também com a reconfiguração constante do vir a ser Kiriri. Ou seja, o foco nas táticas indígenas de domesticação da escola não desconsidera as amarras institucionais existentes nesse espaço social.

A literatura que inspirou a utilização do conceito de domesticação na pesquisa foi o trabalho de Albert e Ramos (2000). A coletânea de textos organizada por estes autores avança na inversão do olhar sobre os povos indígenas, onde estes deixam de ser vistos enquanto meros objetos para serem considerados sujeitos de sua história e construtores de suas organizações sociais.

Howard (2000) estuda o que se chama de domesticação de mercadorias pelos Waiwai, argumentando que os indígenas domesticam elementos não-indígenas ao utilizá-los a seu favor². A autora não destaca elementos da concepção nativa sobre o que é domesticado e não foca as relações de poder existentes nas relações entre os Waiwai e os não-indígenas. Por isso, creio ser necessário apontar de maneira mais acentuada como se realizaria a domesticação, para não incorrer no equívoco de desconsiderar imposições e violências existentes no processo colonizatório, bem como na relação contemporânea entre povos indígenas e Estado. Assim, defino como domesticação a apropriação ou incorporação de elementos originariamente não-indígenas³, modificando-os ou mantendo suas características iniciais, em prol de interesses indígenas. Assim, creio me diferenciar da leitura de domesticação realizada por Howard, visto que defendo a necessidade de que o processo deva acontecer a partir das demandas indígenas.

O uso do conceito de domesticação ao longo da pesquisa que embasa este texto não se acaba pela construção de sua proposta delineando-se como uma perspectiva teórico-metodológico-político-epistemológica diferenciada, como apontou Marcos Luciano Messeder⁴.

Teórico devido ao escopo que embasa o conceito de domesticação construído; metodológica por causa dos critérios que foram impostos à metodologia por causa da postura adotada, ou seja, de considerar indispensável uma relação mais estreita com as concepções nativas de educação e escola, sem as quais não seria possível analisar se houve de fato um processo de domesticação; política, por causa do objetivo explícito de contribuir para a inversão da imagem dos indígenas, e passivos no processo colonizatório a sujeitos de suas transformações sócio-históricas e epistemológica pela aproximação com o universo Kiriri, diferenciado em sua concepção de mundo, de cosmos, de corpo, de organização, etc.

Explicitado em linhas gerais o que se compreende enquanto processo de domesticação, apresento brevemente alguns elementos sobre o povo Kiriri que considero indispensáveis para tratar sobre a domesticação da escola por esse povo.

Um pouco sobre o povo Kiriri

A literatura sobre os Kiriri indica que este etnônimo teria sido atribuído pelos Tupi da Costa ao “povo do sertão” e significaria povo “calado”, “taciturno” (Brasileiro, 1996). Porém, segundo os mais velhos, o nome Kiriri se relaciona a uma árvore chamada Kiri (Professores indígenas, 2005).

² Howard não define o conceito de domesticação precisamente, entretanto, a leitura do seu artigo leva a esta interpretação.

³ Opto pela utilização do termo “não-indígenas” ao invés de “ocidentais”, pois o primeiro considera a complexidade e diversidade existentes em universos culturais variados, enquanto o segundo abarca um sentido generalizante.

⁴ Comunicação pessoal durante a arguição apresentada por este antropólogo no seu papel de examinador na minha banca de qualificação de mestrado.

Esse povo descende da grande família linguístico-cultural Kariri (Bandeira, 1972: 19), que ocupou os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, além do sertão da Bahia e do baixo Rio São Francisco – Nordeste brasileiro (Rosalba, 1976: 03).

O contato com os brancos remonta ao século XVI, inicialmente através de trabalho missionário realizado pelos capuchinhos franceses (Rosalba, 1976: 04). O século XVIII ficou marcado pela “assistência” dos missionários jesuítas, pois foram criados os aldeamentos missionários através de alvarás régios, o que provocou o confinamento de dezenas de grupos indígenas em missões (Carvalho, 2004: 38). Embora as missões tenham provocado uma desarticulação interna entre os indígenas e grandes perdas culturais aos Kiriri, possibilitaram a sobrevivência do grupo num contexto de expansão da frente das fazendas de gado (Rosalba, 1976: 04; Brasileiro, 1996: 44). O trecho abaixo relata um diálogo entre indígenas Kiriri e um missionário, após a queima pelos padres de uma cabana utilizada pelos indígenas para a realização de rituais no mato:

Os índios Quiriris mais velhos vieram ter com o Superior da Aldeia.

O Padre disse-lhes:

- Ou não acreditais nessa cabana ou acreditais. Se não acreditais para que vos afligis, por ter queimado um pouco de palha? Se acreditais, para que estamos nós aqui e nos dizeis que quereis ser cristãos e vos fazeis cristãos?

O Principal respondeu:

- Queremos ser cristãos, mas queremos também conservar os costumes dos nossos antepassados.

Explicou-lhes o Padre que poderiam continuar com todos os costumes, que o fossem simplesmente, e não práticas opostas à fé cristã, em que muitos já viviam baptizados. E com inalterável e nunca desmentida tolerância dos Jesuítas, permitiu-lhes as danças, cantos, bebidas, com tanto que em tudo houvesse o moderado resguardo, o próprio de seres humanos dotados de razão. Aquietaram-se todos, excepto uns poucos, que se afastaram para o mato a duas léguas da Aldeia. Ergueram aí duas ou três casas e entre elas a cabana sagrada. Tendo ouvido aos Padres que Roma era o centro de todas as Igrejas da terra; deram ao sítio o nome de Roma. E nela continuaram as festas do Uaraquidzam, interrompidas na Aldeia. Na noite silenciosa, as cantilenas e músicas encheram a floresta, e os ecos chegaram à Aldeia Cristã. Ao celebrar-se a missa, os Padres impediram-lhes a entrada na Igreja, até eles confessarem que não tinham procedido bem. Foi a única represália dos Jesuítas. Os quiriris, com toda a rudeza da sua inteligência ainda inculta, compreenderam a linguagem da brandura e da persuasão. Acederam. E recomeçou a catequese" (LEITE, ib.:313-4, apud Nascimento, 1994)

A situação descrita acima indica que os antepassados dos Kiriri já lidavam de maneira diferenciada com as instituições vindas da Europa. Nesse caso, a visão católica de mundo não se sobrepôs a indígena, mas sim foi alvo de uma incorporação de acordo com a concepção de mundo do índio. Ao mesmo tempo, nos interessa fazer um paralelo entre a utilização própria da instituição religiosa católica e a leitura indígena sobre a escola: de utilizá-la de acordo com a cultura indígena, tema deste trabalho.

Em 1758, os jesuítas foram expulsos com a criação do Diretório Pombalino pelo Marquês de Pombal⁵. Com isso, houve uma desarticulação étnica de povos que estavam nas missões, entre esses, os Kiriri. Tal período é identificado pelos Kiriri atuais como de aprofundamento da intrusão não-indígena sobre suas terras, o que formou uma sociedade de camponeses sem terra, coronéis e latifundiários na Terra Kiriri (Carvalho, 2004: 40).

Contam os Kiriri que, no final do século XIX, muitos deles foram atrás das promessas de “rios de leite” e “ribanceiras de cuscuz” de Antônio Conselheiro. Muitos morreram na Guerra de Canudos,

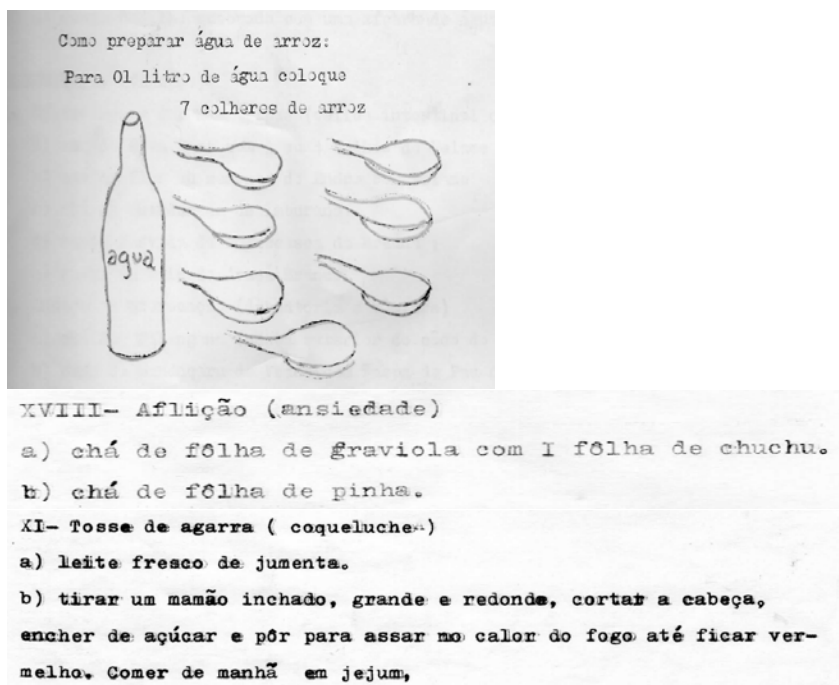
⁵ Durante o governo de D. José I (1750 a 1777), o primeiro-ministro deste governo, Sebastião José de Carvalho e Melo e o Marquês de Pombal foram figuras centrais. Neste contexto, os jesuítas foram expulsos e foi implantado o Diretório Pombalino, órgão que tinha como objetivo impulsionar a modernização do país, que, para o primeiro-ministro e para Pombal, era prejudicada pela interferência dos religiosos. Uma série de comportamentos era definida como adequados aos indígenas, para tornarem-se “civilizados” e se integrarem à sociedade nacional.

entre eles os últimos xamãs, depositários das principais tradições, e pessoas que “cortavam a língua”⁶. A Guerra é um marco no processo de intrusão de suas terras, visto que quem conseguiu voltar do massacre, encontrou suas terras invadidas (Carvalho, 2004: 41).

Nesse contexto, os Kiriri são considerados caboclos e enfrentam um forte processo de desarticulação étnica. Entretanto, é preciso destacar que não perderam elementos diacríticos, assim como não foram integrados à sociedade regional. Na década de 1940, a ação do Padre Renato Galvão se destacou na reivindicação dos direitos dos Kiriri junto ao governo.

Com a forte rearticulação étnica e a luta pelos direitos indígenas frente à FUNAI, em 1972 foi feita uma eleição interna dos Kiriri, na qual foi eleito o cacique Lázaro Gonzaga. O novo cacique, considerado carismático e hábil orador, promoveu uma visita aos Tuxá de Rodelas. Em campo, o cacique contou que foi combinada a realização de um jogo de futebol, mas o interesse central era o aprendizado do Toré. A visita teve êxito e o Toré foi introduzido entre os Kiriri, assim fortalecendo ainda mais a rearticulação étnica.

Com a limitação da brevidade do texto, pulamos para a década de 1980, quando foi realizado um projeto de grande importância para a organização étnica Kiriri e para o tema deste trabalho: o Projeto Kiriri. O mesmo começou em agosto de 1980 e contou com o apoio da ANAI (na época Associação Nacional de Apoio ao Índio e hoje Associação Nacional de Ação Indigenista), CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e CECUP (Centro de Educação e Cultura Popular), tendo como objetivo principal articular ações comunitárias integradas à luta pela Terra. Foram montados subprojetos e um deles foi o de “educação” que tinha o objetivo de alfabetizar adultos através do método Paulo Freire. Destaca-se a metodologia voltada para as demandas indígenas, que teve como base as concepções de Paulo Freire e Celestin Freire,^t e articulou os subprojetos. Dessa maneira, foi construída uma cartilha que sistematizava elementos da “medicina do mato” e da medicina não-indígena. Seguem algumas ilustrações da mesma:



⁶ “Cortar a língua” é falar a língua Kiriri.

Cabe ressaltar que a escola teve uma relação forte com o processo de retomada das terras Kiriri, como indica a fala da professora América Kiriri:

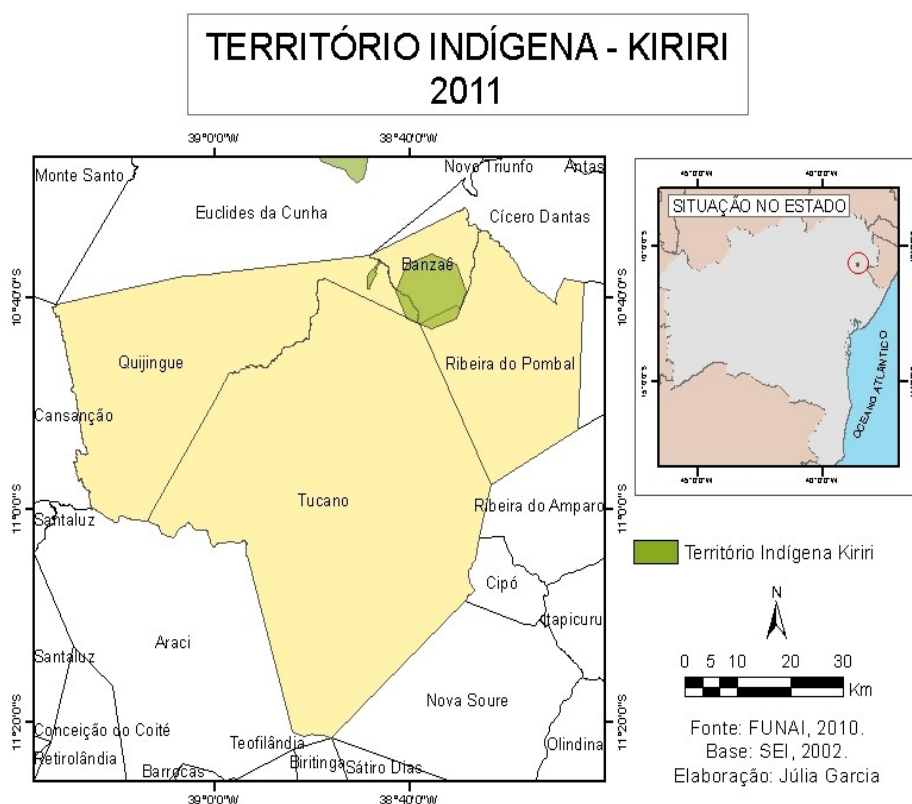
Durante a retomada, a Fazenda Picos era uma própria escola, porque cada dia que a gente passava lá eu anotava direitinho, o que não anotava deixava guardado na memória e desenhávamos na escola, todo sofrimento que a gente passou lá. Tem a parte do Toré, quando a gente foi comemorar nossa festa lá, quando já estava desocupada. (América Kiriri, 1994 apud Côrtes, 1996: 92)

Assim, observa-se que a escola já era vista e utilizada por esse povo enquanto um espaço de fortalecimento da autonomia indígena e luta por direitos.

Com o acirramento da luta pelo Território, todas as atividades Kiriri se voltaram para esse objetivo, considerado principal. O campo ritual, de grande importância para os indígenas e para os Kiriri, interferiu diretamente na orientação das ações no processo de retomada das terras.

Antes de 1995, a retomada do Território Kiriri era o objetivo central do povo. Com a homologação da Terra nesse ano, os esforços se voltam para pontos da organização social.

O Território Indígena Kiriri fica no nordeste baiano, como indica o mapa abaixo:



Mapa: Território Kiriri em 2011 – Elaborado por Júlia Garcia.

A gestão indígena sobre suas escolas inaugura um novo momento na trajetória da escolarização entre este povo, no qual a escola deixa de ser a *escola da burocracia*⁷ para ser a *nossa escola*.

A concepção de educação, de escola e a domesticação desta entre os Kiriri

⁷ A partir de agora, utilizo como recurso de destaque o itálico para as categorias êmicas. Ou seja, para indicar os termos que indicam concepções relacionadas ao ponto de vista nativo.

Os discursos Kiriri sobre educação e escola apontam a diferenciação entre elas. A educação é vista como um processo mais amplo, incluindo categorias como *educação na roça* e *educação na família*. Um dos informantes, ao se referir ao que chamou de “estudo na roça”, descreveu: “o que eu colhia no mato [...] era o meu de comer”. No que diz respeito à *educação na família*, foi referida na fala de todos os informantes entrevistados quando o assunto era “aprendizado mais importante na vida” nas entrevistas, indicando aprendizados mais específicos ou concepções sobre os aprendizados mais gerais que se aprende no espaço familiar.

Tanto nas entrevistas quanto na observação participante pude observar uma série de relações entre educação e a *ciência espiritual*. Um dos informantes, que se apresentou como *índio mais velho*, defendeu que na aldeia tudo deve acontecer “no ritual indígena Kiriri”. Outras falas associavam *obrigações rituais* à vida escolar e defendiam que o “espaço onde acontece o ritual” é um espaço educativo. Essa relação é descrita por outras pessoas que pesquisaram a educação escolar Kiriri (Côrtes, 1996; Macedo, 2009; Santana, 2007).

Também observei uma atenção especial dos adultos e mais velhos em estar sempre indicando para as crianças a importância dos momentos rituais. O trecho abaixo representa um pouco do que pude observar da relação das crianças com tal elemento:

As crianças ficaram brincando com plantas, areia e coisas que estavam no quintal de casa, fazendo pastéis de folha com recheio de areia e usando uma embalagem de catchup com areia para desenhar numa tábua branca. Quando uma das mães presentes reclamava com as crianças, automaticamente se ouvia como argumento que as crianças deveriam se comportar, caso contrário, não iriam para a primeira noite. De todos os argumentos que ouvi neste momento, a possível não ida à primeira noite era o que se colocava como mais eficaz para que as crianças se acalmassem.
(Nota de campo, núcleo Araçá, maio de 2010)

A minha interpretação da situação acima é que as crianças desejam estar nos espaços rituais, chegando a orientar seus comportamentos de acordo com o que é colocado pelos mais velhos como necessário para a participação nesses espaços. Além disso, interpreto que não há entre os Kiriri uma separação rígida entre o campo ritual e o espaço familiar, visto que ambos se entrelaçam e sofrem ampliação através da relação com a *ciência do índio*, ou seja, com o campo ritual.

Em relação à escola, é preciso diferenciar a escola indígena da escola não-indígena. Ao abordar a escola não-indígena, uma série de dificuldades foram apontadas. Quando a única opção era frequentar escolas fora do Território Kiriri, se colocava a necessidade de *ir de a pé* (sic.), percorrendo longas distâncias e sofrendo violências físicas e verbais dos brancos recorrentemente. As violências continuavam dentro do espaço escolar. Uma senhora Kiriri relatou que um de seus colegas de sala, numa escola no centro de Banzaê, colocou o pé para que a mesma tropeçasse, o que ocorreu. Outro empecilho apontado para que os mais velhos estudassem era a necessidade de *sustento da família* ou até mesmo a crença dos pais de que era o *trabalho na roça* que ensinava de fato e a escola não seria tão importante para seus filhos. Sobre este ponto, voltaremos mais a seguir. A maioria dos argumentos direcionados à relação dos Kiriri com a escola não-indígena apontam que a mesma não fortaleceu o sentimento de pertencimento étnico dos indígenas que a frequentaram. O diretor das escolas do grupo Kiriri de Cantagalo, Zezinho, relacionou o estudo da aldeia à existência de casos de alcoolismo e até mesmo de prostituição entre os jovens. A professora Adenilza também indicou a preocupação dos professores indígenas com essa questão:

Conseguimos trazer os alunos que estudavam na cidade pra aqui. Eles ficavam muito calados e não participavam, perdiam nas disciplinas porque tinha essa dificuldade e o professor ainda tinha que ter mais uma preocupação, tipo perguntar: “Porque não veio? Qual a sua dificuldade?” Aqui é nossa preocupação. Lá na cidade não tinha essa preocupação, e essa diferença os alunos já perceberam.
(Entrevista com Adenilza, núcleo Araçá, maio de 2010).

Com a ampliação do número de séries dentro da aldeia é indicada pelos professores como um elemento que contribui para a afirmação étnica, visto que os estudantes deixam de sofrer as violências que sofriam ou sofreriam nas escolas não-indígenas e passam a ser formados por um corpo de professores que tem como foco uma escola pautada na afirmação étnica. Cabe aqui ressaltar que os conhecimentos não-indígenas veiculados nas escolas Kiriri também acabam favorecendo, de certa forma, essa afirmação, visto que, para os Kiriri, um dos motivos mais fortes para aprender o que ensina a escola do branco é se apropriar de instrumentos para não ser enganados por estes.

É necessário destacar que falar de escola não-indígena não se restringe a indicar pontos negativos, como nos mostra a fala do cacique Manoel:

Na questão não-indígena, aí você viaja no mundo, no país que você vive. No município, no estado, nos outros países. Então você viaja e busca conhecimento através da educação que não é indígena, e ali você passa a conhecer como foram as práticas de cada povo e as histórias de cada povo... aí você passa a se valorizar e valorizar também os outros (Entrevista com o cacique Manoel, núcleo Araçá, maio de 2010).

Os professores indígenas são por vezes chamados de *lideranças da educação*. Destaca-se que a importância que os professores e as professoras Kiriri tem hoje não se restringe ao espaço escolar. Assim como a liderança do cacique e do pajé interfere diretamente na escola, os professores e professoras cumprem um papel fundamental no que diz respeito à afirmação dos elementos considerados pelo grupo indígena enquanto constitutivos da cultura Kiriri.

Esse entrelaçamento entre a escola Kiriri e os diversos espaços da organização desse povo é algo conhecido e apontado claramente pelos indígenas, que defendem que a escola indígena deve servir para o fortalecimento do povo e não para reproduzir valores dos grupos dominantes. A fala do professor da disciplina Cultura Indígena, Lourival, atenta para a forma como o governo costuma tratar a escolarização com eles:

Pessoas que estão lá na Secretaria vêem a questão indígena como uma questão de sala de aula, não vêem como uma coisa que participa da comunidade... Na realidade, a questão indígena não é somente dentro da sala de aula. Ela é através da reunião, através da educação... Através dos rituais, da questão do Toré, da Zabumba... Tem a questão da organização que a juventude faz. Tudo isso faz parte da questão da educação. Mas isso o governo não vê como educação. Quando tem projetos pedagógicos sobre isso eles vêem como educação, mas nessa parte eles não vêem. É por isso que a gente chama a questão nossa da educação voltada para esse ponto uma questão diferenciada, coisa que o povo branco não faz com os alunos. O que acontece, eles sempre ficam dentro da sala de aula, não vêem a questão prática, eles perdem esse contato, e com a gente é diferente... (Entrevista com o professor Lourival, Araçá, dezembro de 2010)

Ao utilizar a escola para fortalecer a identidade Kiriri, os indígenas atribuem sentidos diferenciados a esta instituição e, de certa forma, enfraquecem o caráter de reprodução da ideologia dominante desta. Aqui cabe uma pergunta como desdobramento: a escola reproduziria uma ideologia étnica dominante entre os Kiriri? É uma questão que não pode ser aprofundada neste texto e nem foi alvo de observação profunda ao longo da pesquisa. Entretanto, quando se defende que a escola fortalece a identidade étnica Kiriri, é possível apontar que ela contribui para reproduzir os elementos que acabam “vingando” nas relações sociais internas como mais representativos do que se defende como “cultura Kiriri”.

Nesse contexto, indica-se como exemplos de fortalecimento étnico Kiriri através da escola: o uso frequente de pesquisa com os mais velhos sobre a história, geografia, língua, etc.; a realização de atividades dentro da escola com pessoas especializadas em elementos vistos como representativos na cultura desse povo, como exemplo, cerâmica; a construção de uma das escolas com um formato

arquitetônico considerado representativo etnicamente e; a construção de etnomapas como atividade escolar.



Etnomapa: pintura infantil - Núcleo Cajazeira, abril de 2010



Escola Municipal Índio Feliz – Núcleo Cajazeira em maio de 2010.

O etnomapa apresentado acima não ilustra somente uma atividade escolar, mas também aponta a relação do povo Kiriri com o seu Território. Destaca-se a relação de cuidado ritual com o Território e como isso traz um conhecimento mais aprofundado dos Kiriri sobre suas terras. Rosalba e Rocha Júnior já indicavam a prática de limpar os marcos que uniam a Igreja de Mirandela aos marcos do Território, o que era visto pela autora como uma tática de resistência à usurpação de suas terras (Rosalba, 1976: 25; Rocha Júnior, 1985: 29). A limpeza acontece até hoje, como fui informada em campo. As lideranças espirituais orientam a limpeza dos marcos limítrofes da Terra Indígena em cada grupo, de acordo com a divisão das terras no Território. A não-realização das limpezas pode trazer consequências desagradáveis, pois é também uma ação ritual de relação com os encantados.

Sobre as situações de domesticação da instituição escolar, aponta-se também a relação diferenciada com atores externos, o que já foi apontado no texto ao relatar a situação na qual uma cabana ritual foi queimada. Nesse caso, a postura indígena foi de burlar a tentativa de proibição dos religiosos, mantendo suas práticas rituais. Em relação à escola, é possível apontar que foi postura indígena é de burlar o caráter colonizatório que a escola teve na maior parte de sua trajetória e iniciar um processo de transformação desta num espaço voltado para os interesses indígenas. Desse modo,

passou-se da *escola da burocracia* para a *nossa escola*. [Tá confuso]

Outro ponto é a relação com a informação de atores não-indígenas. Os discursos Kiriri são bastante explícitos ao contar que não é possível ceder todas as informações num processo de pesquisa. O *segredo* não se restringe ao campo xamanístico, mas também a elementos da história e cultura Kiriri, segundo um dos professores entrevistados. Daí, pode-se indicar uma domesticação da academia através da relação com os pesquisadores e pesquisadoras que se relacionam com o povo.

Sobre os organismos legais, eles não são utilizados sem adequações, mas sim com o estabelecimento de relações que possibilitem a autonomia indígena em relação a suas concepções e práticas culturais, na medida do que é possível, com negociações ou enfrentamentos. O relato do cacique Manoel explicita a questão:

quando o Conselho Tutelar atua dentro da aldeia é em consonância com as lideranças e com a FUNAI. Falou que o Conselho Tutelar não vem à TI Kiriri, ele é chamado a entrar. Contou ainda um caso em que uma criança teve queimadura de álcool em casa e precisava de cuidados, o pai não queria nem acompanhar a criança e nem deixar que ela fosse levada ao médico. Daí, o Conselho Tutelar foi chamado e outra pessoa foi acompanhar a criança, já que o pai não foi. O cacique acredita que a criança se queimou ao brincar com álcool e que o pai não quis levar para ser cuidada por se sentir culpado. Quando perguntei se o pai alegou alguma coisa para não deixar que levassem a criança, o cacique disse que não. Caso a criança não tivesse sido levada, o cacique disse que o passo seguinte seria chamar a polícia. (Nota de campo, núcleo Araçá, 28 de abril de 2010)

Logo, a legislação que trata das questões referentes à infância não são reproduzidas sem questionamento. Passam por uma espécie de filtro étnico que busca garantir o cuidado com as crianças, mas de acordo com a concepção de cuidado que não fira a especificidade cultural e organizativa do povo Kiriri.

Muitos outros exemplos poderiam ser enumerados a partir do que foi observado ao longo do campo. Porém, devido à brevidade e à proposta deste trabalho de fomentar o aprofundamento de discussões sobre educação e escola indígenas, este texto é finalizado com o desejo de contribuir para a continuidade do fôlego que tem rodeado as transformações das escolas indígenas, realizadas principalmente por quem deve de fato decidir sobre sua concepção e formato: os povos indígenas.

Elementos conclusivos

Como já foi dito, defender a domesticação da escola pelos indígenas não significa cair em romantização dos processos pedagógicos. É indispensável considerar as relações de poder internas e externas ao povo Kiriri, a partir da complexidade e da diversidade de pessoas, órgãos e grupos com os quais se relacionam. Porém, perceber a existência de tais relações não impede o foco na agência indígena na utilização de instituições que não foram originalmente construídas em universos indígenas, mas hoje foram incorporadas e vem sofrendo profundos processos de transformação e adequação aos contextos sócio-históricos específicos dos povos indígenas que as utilizam. Este texto é uma síntese de uma série de discussões construídas ao longo da pesquisa e reflete o necessário e constante exercício de refletir acerca da relação que se tem com os povos indígenas e a importância de transformá-la, seguindo um caminho em direção ao respeito e defesa da autodeterminação indígena.

Referências bibliográficas:

- ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Os Kariris de Mirandela: Um grupo indígena integrado. Estudos Baianos No.6*. Salvador: UFBA/Séc de Educação e Cultura do estado da Bahia, 1972.

- BRASILEIRO, S. O Processo Faccional no povo indígena Kiriri. Salvador: Dissertação apresentada ao mestrado em Sociologia da UFBA, 1996.
- CARVALHO, Ana Magda. Gestão Ambiental Kiriri: etnografia, história e ambiente. Salvador: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2004.
- CHATES, Taíse de Jesus. A domesticação da escola realizada por indígenas: uma etnografia histórica sobre a educação e a escola Kiriri. Salvador: Dissertação apresentada ao mestrado em Antropologia da UFBA, 2011.
- CÔRTEZ, Clélia Neri. A Educação é como o Vento. Os Kiriri por Uma Educação Pluricultural. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 150 páginas, 1996.
- HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce & MACÊDO, Sílvia Michele. Educação por outros olhares: aprendizagem e experiência cultura entre índios Kiriri do sertão baiano. Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da UFBA, 2009.
- NASCIMENTO, M. Tromboni. O Tronco da Jurema. Ritual e Etnicidade entre os povos indígenas no Nordeste: o caso Kiriri. Salvador: Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFBA, 1994.
- PROFESSORES INDÍGENAS. *Nosso povo: leituras Kiriri*: educação diferenciada na visão do povo Kiriri / Secretaria da Educação. Salvador: MEC / FNDE / SEC / SUDEB, 2005. Livro do Aluno / Ensino Fundamental.
- RAMOS, Alcida (Orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP-Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ROCHA JÚNIOR, Omar da. O Movimento Kiriri. Trabalho apresentado pelo autor no VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (26-28.10.1983). Publicado no Caderno do CEAS, n. 97.
- ROSALBA, Lélia M. F. Garcia. O Posto Indígena de Mirandela. Boletim do Museu do Índio: Documentos. Rio de Janeiro, 1976.
- SANTANA, José Valdir Jesus de. A produção dos Discursos sobre Cultura e Religião no contexto da Educação Formal: o que pensam / querem os Kiriri de sua escola? Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador: 2007.